

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência : Setembro a Dezembro/2000

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Poder/Órgão	Saldo de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar		Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência a Financeira
		Inscritos Processados	Não Processados		
Judiciário Órgão Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	0,00	62.991,73	1.511.365,00	1.653.190,59	0,00
TOTAL	0,00	62.991,73	1.511.365,00	1.653.190,59	0,00
		1.574.356,73			

Fonte: SIAFI

Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida
Período de Referência : Setembro a Dezembro/2000

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Despesa de Pessoal	Despesa Liquidada	
	Últimos 12 meses	% da Despesa s/ RCL
Poder Judiciário		
Despesa de Pessoal	19.051.433,68	
Pessoal Ativo	14.157.080,21	
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.894.353,47	
(-) Precatórios (Sent. Judiciais), referente ao período de apuração		
(-) Inativos com recursos vinculados		
(-) Indenizações por Demissão		
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, Parágrafo 1º)		
Despesa Líquida Total	19.051.433,68	
Receita Corrente Líquida - RCL	145.110.650.000,00	0,01312890
Limite Prudencial (1)	24.971.117,00	
Limite Legal (2)	26.285.387,00	

Fonte: SIAFI

(1) e (2) - Limites definidos, respectivamente, no inciso I do artigo 20 e no parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Os percentuais dos limites prudencial e legal equivalem respectivamente a 0,01720833 e 0,01811403

Cláudia Giestas de Azevedo Morgado Horta
Secretária de Administração e Orçamento

Esther Marques Neves da Silva
Coordenadora de Controle Interno

De acordo.
Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.
José Maria Miguel Feu Rosa Filho
Diretor-Geral em substituição

De acordo.
Nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, publique-se.

Des. Alemer Ferraz Moulin
Presidente do TRE-ES

(Of. nº 26/2001)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO
FEDERAL

PORTARIA Nº 5, DE 26 DE JANEIRO DE 2001

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA
Em exercício

ANEXO
RELATÓRIO GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo XVI				R\$ Milhares
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
ATIVO DISPONÍVEL	6.686	PASSIVO CONSIGNADO	1.547	
Disponibilidade Financeira	6.686	Depósitos de Diversas Origens	0	
Conta Única	15	Restos a Pagar de Exercício Anteriores	4	
Contas Vinculadas	6.671	Outras Obrigações Financeiras	1.543	
Aplicações Financeiras	0			
SUBTOTAL	6.686	SUBTOTAL	1.547	
INSUFICIÊNCIA	0	SUFICIÊNCIA	5.139	
TOTAL	6.686	TOTAL	6.686	

FONTE: SIAFI

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA	
	Últimos 12 meses	% da Despesa s/ RCL
PODER JUDICIÁRIO		
DESPESA DE PESSOAL		
Pessoal Ativo	14.211	0,00979331
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.702	0,00461854
(-) Precatórios (Sent. Judiciais), referente ao período de apuração	0	0,00000000
(-) Inativos com recursos vinculados	0	0,00000000
(-) Indenizações por Demissão	0	0,00000000
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, Parágrafo 1º)	0	0,00000000
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	20.913	0,01441186
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	145.110.650	100,00000000
LIMITE PRUDENCIAL (1)	32.592	0,02245677
LIMITE LEGAL (2)	34.307	0,02364186

(1) e (2) - Limites definidos, respectivamente, no inciso I do artigo 20 e no parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar n.º 101/2000.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR					R\$ Milhares
	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscritos		Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira	
		Processados	Não Processados			
JUDICIÁRIO Órgão TRE-DF	4	2.483	2.279	5.139	0	
TOTAL	4	2.483	2.279			
		4.762				

FONTE: SIAFI

(Of. nº 13/2001)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 9, DE 26 DE JANEIRO DE 2001

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA